



**MUNICÍPIO DE CASTRO VERDE
CÂMARA MUNICIPAL**

**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CASTRO VERDE,
REALIZADA NO DIA 3 DE JANEIRO DE 2019.**

Nº. 1/2019

Estiveram presentes para o efeito os eleitos: António José Rosa de Brito, na sua qualidade de Presidente da Câmara Municipal de Castro Verde, e Francisco José Caldeira Duarte, David Manuel Pego Merritt Marques, António João Fernandes Colaço e Alda Maria de Jesus Cabral Mestre na sua qualidade de Vereadores.

Dada a existência de quórum foi, pelo Sr. Presidente, declarada aberta a reunião pelas 21,10 horas

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

Tomou a Câmara conhecimento das respostas dadas às perguntas feitas pelos Srs. Vereadores Francisco Duarte e António João, que a seguir se transcrevem:

Assunto: "Roturas na rede de distribuição de água de águas- Dezembro de 2018:

Relativamente ao tema em epígrafe e em resposta à vossa solicitação, junto a informação pretendida (5 roturas nos dias 7, 11.28 e 31).

Assunto: "Apuramento de valores devidos – derrama"

Relativamente ao tema em epígrafe e em resposta à vossa solicitação, junto a informação pretendida, no que se refere ao mês de Dezembro de 2018 (na sequência das regularizações verifica-se um valor a transitar em negativo de – 640.794,98 €.).

Assunto: "Transporte de alunos de e para a Funcheira"

Sobre o tema em epígrafe informo que durante os meses de Novembro e Dezembro utilizaram o transporte disponibilizado pelo município com origem em Castro Verde e destino a Funcheira, e vice-versa, distribuídos da seguinte forma: 2 a 4/11- 9 alunos; 9 a 11/11 - 7 alunos; 16 a 18/11- 9 alunos; 23 a 25/11 - 15 alunos; 30/11 a 2/12 - 11 alunos; 7 a 9/12 – 0; e 14 a 16/12 – 2 alunos).

Assunto: "Terrenos para expropriação – EM 508 e CM 1139"

Relativamente ao tema em epígrafe em resposta à vossa solicitação, junto em CD a informação pretendida.

A seguir Sr. Vereador Francisco Duarte lembrou da falta da resposta ao que solicitou relativamente às transferências de verbas para as Juntas de Freguesia, ao abrigo dos protocolos de cooperação.

Apresentaram depois os Srs. Vereadores Francisco Duarte e António João Colaço um requerimento em que solicitam que lhes seja fornecida cópia dos Mapas de Controlo Orçamental da Receita e Despesa relativos a 31 de Dezembro de 2018.

Aprovação da ata da reunião anterior

Atendendo a que foi distribuída, previamente, a todos os presentes, cópia da ata da reunião anterior, foi dispensada a sua leitura, pelo que o Sr. Presidente colocou-a à consideração dos restantes membros e, não havendo qualquer proposta de alteração, submeteu-a a votação, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade e nominalmente.

Não participou na votação o Sr. Presidente da Câmara em virtude de não ter estado presente na mesma reunião.

DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

1.- Mapa centralizador da receita e despesa:

Tomou a Câmara conhecimento do Mapa Centralizador de Receita e Despesa, referente ao período de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 2018, o qual apresenta os seguintes saldos:

- Operações orçamentais:

Saldo do ano de 2017	185.669,35 €
Receitas cobradas	10.198.631,95 €
Soma	10.384.301,30 €
Despesas realizadas	9.950.537,33 €
Saldo em 31.12.2018	433.763,97 €

- Operações de Tesouraria

Saldo do ano de 2017	251.447,84 €
Op. Extra - Orçamentais – Entradas	809.719,71 €
Soma	1.061.167,55 €
Op. Extra. Orçamentais – Saídas	860.258,11 €
Saldo em 31.12.2018	200.909,44 €

- Disponibilidades

Caixa	983,73 €
Fundos de Maneio	-/-
Instituições Bancárias	633.689,68 €
Total das disponibilidades em 31.12.2018	634.673,41 €
Documentos	18.848,90 €
Total de movimentos de tesouraria em 31.12.2018	653.522,31 €

- Total dos encargos de curto e médio prazo assumidos e não pagos respeitantes a fornecimentos, empreitadas e diversas prestações de serviços em 31 de Dezembro de 2018: 675.096,67 €, conforme relação anexa.

Tomou a Câmara Municipal igualmente conhecimento do resumo diário de tesouraria reportado à data de 28 de Dezembro e do balancete acumulado (razão) respeitante ao mesmo.

2. - Proposta de Regulamento de Organização de Serviços Municipais.

Apreciou a Câmara a seguinte proposta apresentada pelo Sr. Presidente:

"Considerando a necessidade que temos em elaborar o Regulamento interno dos serviços. pf. do artigo 75º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, adiante (LTFP), aprovada pela Lei nº.35/2014, de 20 de junho, da Câmara Municipal de Castro Verde, contendo as normas de organização e disciplina dois vários serviços, bem como definirmos as competências das Unidades e Subunidades;

Considerando que o Sindicato dos Trabalhadores da Administração Local – STAL, chamado a pronunciar-se sobre o documento enviado através do ofício com a refª. 35.02.02. nº. 1987, datado de 05 de dezembro de 2018, cf. determina o artigo 75º/2 do mencionado diploma, nada disse sobre o assunto;

Assim, face ao exposto, proponho a este Órgão Executivo, ao abrigo do disposto no artigo 33º./1-K, do anexo I da Lei nº. 75/2013, de 12 de setembro, a aprovação do presente regulamento interno.

Apreciado o assunto, deliberou a Câmara por unanimidade aprovar a proposta de Regulamento Interno dos Serviços, conforme documento anexo à presente ata, dando-se, por isso, como aqui integralmente transcrito.

3. - Constituição do fundo de maneiço para o ano de 2019:

Foi presente a seguinte informação prestada pela Coordenadora Técnica da Secção de Aprovisionamento e Armazém:

1º - De acordo com o nº 2 do art.º 1º do Regulamento do Sistema de Controlo Interno, passou a ser unicamente da responsabilidade da Coordenadora Técnica da Secção do Aprovisionamento e Armazéns, o fundo de maneiço.

2º - Perante isso e ainda conforme a mesma disposição legal, permita-me propor a V.Exª., o seguinte:

a) Como valor mensal, do fundo de maneiço 2.500 €;

b) As despesas pagas pelo fundo de maneiço só podem revestir a seguinte natureza:

- Bens: 01.02/02.01.15 - Ofertas - 150 €.
 - 02/02.01.02.01 - Gasolina - 100 €.
 - 02/02.01.02.02 - Gasóleo - 250 €.
 - 02/02.01.05 - Refeições confeccionadas - 250 €.
 - 02/02.01.06 - Alimentos géneros para confeccionar - 100 €.
 - 02/02.01.08 - Material de escritório - 100 €.
 - 02/02.01.20 - Material de educação, cultura e recreio - 100 €.
 - 02/02.01.21 - Outros Bens - 500 €.
- Serviços: 02/02.02.09 - Comunicações - 50 €.
 - 02/02.02.13 - Deslocações e estadas - 350 €.
 - 02/02.02.15 - Formação - 250 €.
 - 02/02.02.25 - Outros serviços - 300 €.

3 - Autorização para alterar no final de cada mês os valores disponíveis em cada rubrica aqui apresentada, caso se verifique essa necessidade, sendo posteriormente dado conhecimento dessa alteração.

4 - As despesas realizadas por qualquer serviço, onde não haja suporte quanto à natureza das mesmas são da exclusiva responsabilidade do adquirente."

Apreciado o assunto, deliberou a Câmara, por unanimidade e nominalmente reconstituir o fundo de maneiio em causa, cujo montante total é de 2.500 € mensais, para os efeitos acima referidos, bem como autorizar o respetivo pagamento.

4. - 11ª. alteração ao Orçamento e Opções do Plano – 2018.

Submeteu no Sr. Presidente à apreciação da Câmara a seguinte proposta

"Considerando a necessidade de se fazer uma alteração aos documentos previsionais do ano de 2018, e que esta implica o reforço de algumas rubricas e a redução de outras.

Considerando que tal situação nos obriga a que formalmente precisemos de autorização do Órgão Executivo, cf. dispõe o artº 33º/1 al. d) da Lei nº. 75/2013, de 12 de Setembro.

Considerando que a sua aprovação reveste de caráter de urgência aprovo ao abrigo do nº.3 do art.º 35º da referida Lei a alteração nº.11 dos documentos previsionais de 2018 (Orçamento e Gops,s) e proponho que a Câmara Municipal de acordo com o preceito legislativo, ratifique a aprovação na próxima reunião.

Apreciada a proposta de alteração efetuada ao Orçamento e Opções do Plano, foi a mesma submetida a votação, tendo a Câmara deliberado, por maioria, com a abstenção dos Srs. Vereadores Francisco Duarte e António João Colaço, ratifica-la, ficando os respetivos documentos anexos à presente ata dando-se, por isso, como aqui integralmente transcritos.

5. - Pedido de convocação de uma sessão extraordinária da Assembleia Municipal:

Apreciou a Câmara e aprovou por unanimidade a seguinte proposta apresentada pelo Sr. Presidente:

"Considerando a necessidade da Assembleia Municipal de Castro Verde se pronunciar, para efeitos de comunicação à DGAL, sobre o processo de Descentralização e, nomeadamente, os decretos-lei publicados que transferem competências da administração central para a administração local;

Considerando a necessidade de celebração de Contrato Interadministrativo de delegação de Competências do Município de Castro Verde na CIMBAL em matéria de serviços públicos de transporte de passageiros municipais;

Proponho a este órgão, ao abrigo do artigo 28º/1-a) do Anexo I à Lei nº.75/2013, de 12 de setembro, que seja solicitada a convocação de uma sessão extraordinária da Assembleia Municipal.

6. - Abertura de concurso interno de acesso limitado na carreira de Fiscal Municipal, para promoção de um lugar de Especialista Principal (ratificação):

Apreciou a Câmara e ratificou, por unanimidade e nominalmente, a seguinte proposta apresentada pelo Sr. Presidente da Câmara:

"Considerando que o Orçamento de Estado para o ano de 2019, no nº 5 artigo 16º da Lei nº 71/2018, de 31 de dezembro, veio permitir as promoções em categorias superiores;

Considerando que existem trabalhadores que reúnem os requisitos para promoção na carreira;

Nos termos da alínea b), nº 2, artigo 5º e nº 1 artigo 9º do Decreto-Lei nº 209/2009, de 3 de setembro, compete ao órgão executivo decidir sobre o montante máximo dos encargos com alterações do posicionamento remuneratório na categoria dos trabalhadores;

Ao abrigo do disposto no nº 1 artigo 33º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei nº 35/2014, de 20 de junho, e no uso da competência que me é conferida, pela alínea a), nº 2, artigo 35º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro e respetivas alterações, proponho:

1º Promover a abertura de concurso interno de acesso limitado, na carreira de Fiscal Municipal para promoção de um lugar na categoria de Especialista Principal.

2º A presente proposta deverá ser submetida a deliberação de Câmara Municipal."

7. - Ratificação da emissão de licenças especiais de ruído.

Deliberou a Câmara por unanimidade e nominalmente ratificar a emissão das seguintes licenças especiais de ruído concedidas pelo Sr. Presidente:

- a Bruno Miguel Carolina Mestre, em representação de M. Canário & Filhos Ld.ª, para realização de música ao vivo, no Salão dos Bombeiros Voluntários de Castro Verde, das 23 horas do dia 22 até às 4 horas do dia 23 de Dezembro findo.
- a Fernando Manuel Ramos Estaço, em representação da Albergaria Esteva - Empreendimentos Turísticos Ld.ª, para a realização de festividades alusivas à passagem de ano, das 20 horas do dia 31 de Dezembro até às 6 horas do dia 1 de Janeiro corrente, na suas instalações, sitas na Rua das Orquídeas, em Castro Verde.

DIVISÃO DE OBRAS E GESTÃO URBANÍSTICA

Obras e loteamentos municipais:

- **Projeto Urbano da Zona Central da Vila de Castro Verde (Estudo Prévio):**

Apreciou a Câmara a seguinte informação da Divisão de Obras e Gestão Urbanística:

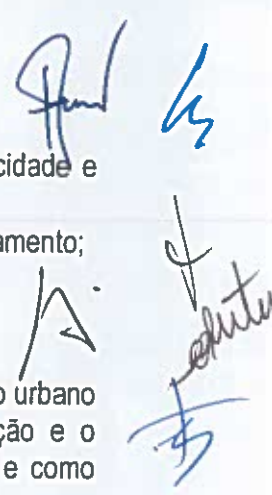
"Para efeitos de aprovação do Estudo Prévio relativo ao "PROJETO URBANO DA ZONA CENTRAL DE VILA DE CASTRO VERDE", submete-se o mesmo à consideração da câmara Municipal.

- Em primeiro lugar importa referir que o presente estudo prévio foi objeto de parecer favorável (condicionado ao acompanhamento arqueológico da intervenção) por parte da DRC_Alentejo, conforme ofício nº. DRCALEN-S-2018/478398 (CS:1314237) de 13.12.2018.

A solução em apreciação potencializa a criação de um novo tipo de ambiente urbano, quer para os habitantes, quer para os visitantes, tendo em conta os 3 objetivos principais traçados que recordamos:

- Reforçar a centralidade e capacidade de polarização externa da vila de Castro Verde;
- Dinamizar a regeneração física, económica e social do centro histórico;
- Incentivar a adoção de padrões de mobilidade urbana mais sustentáveis, inclusivos e saudáveis.

Desta forma foram executadas soluções que servem de base à intervenção, e que apontam para:

- 
- A diminuição da presença automóvel no local de intervenção, reduzindo a velocidade e intensidade do trânsito de atravessamento do centro histórico;
 - A reestruturação do sistema viário, reperfilando as vias e reorganizando o estacionamento;
 - Dar privilégio à circulação pedonal, melhorando a mobilidade e acessibilidade;
 - Valorização do espaço público.

A intervenção baseia-se nestes princípios e concretiza estas ideias, através de um desenho urbano que unifica as 4 zonas de intervenção. A solução de projeto pressupõe a manutenção e o reaproveitamento de materiais existentes, assumindo o princípio da gestão sustentável e como forma de manutenção dos referenciais culturais ao nível do espaço público.

O desenho urbano proposto assenta essencialmente no aumento das áreas dedicadas ao peão, através do estreitamento das faixas de rodagem atuais, dedicadas ao trânsito automóvel, a reorganização dos estacionamentos, a introdução de árvores para sombreamento e novo mobiliário urbano.

- Rua Morais Sarmiento (Zona de intervenção 1).

A proposta, propõe uma reorganização hierárquica das vias atuais, tomando a Rua Morais Sarmiento uma via secundária – de acesso local – passando a Rua de Aljustrel (fora da zona de intervenção) a via principal de atravessamento no sentido sul/norte. A Rua Morais Sarmiento, assume assim, um carácter mais humano através da sua maior pedonalização.

O prolongamento do pavimento do passeio norte do largo da feira potencia a redução de velocidade automóvel no acesso à rua, bem como o seu reperfilamento e estreitamento da faixa de rodagem atual, aliado ao seu nivelamento com as zonas pedonais, permite a redução do volume do tráfego na zona.

Relativamente ao estacionamento neste arruamento, dos 55 lugares atuais, a proposta contempla apenas 26 lugares, distribuídos ao longo da rua em pequenas bolsas (2/3 lugares) afetas a cargas e descargas e estacionamento temporário de apoio ao comércio/residentes.

A concluir, esta zona – Rua Morais sarmiento – ao perder a sua matriz viária de canal de atravessamento, passa a assumir-se como eixo comercial, adotando um novo carácter de uso público direcionado aos peões em detrimento dos carros, gerando como se espera novas vivências, próprias de um novo espaço público.

- Zona Central da Vila (Zona de intervenção 2)

Na rotunda de ligação entre as Praças da Liberdade e da República, a proposta reduz as faixas de rodagem e aumenta as zonas pedonais, funcionando este novo desenho urbano como zona partilhada (automóvel/peão). A ligação entre estes dois espaços apresenta-se assim de forma mais consistente, harmoniosa e de acesso universal.

A solução proposta neste estudo prévio para esta zona irá ser alvo de ampliação, de forma a “estender” a área de intervenção para o troço da Rua Seara Nova, entre rotundas. Este “acrescento”, permitirá homogeneizar a imagem do espaço público, não só como entrada principal no centro histórico de Castro Verde, mas também como forma dinamizadora de eventos de natureza diversa que tirem partido deste novo espaço.

São criados percursos pedonais mais amplos, com a introdução de faixas de conforto para peões com mobilidade reduzida, solução esta que incrementa uma melhoria das condições do espaço público atual, elevando o nível de segurança e, garantindo a acessibilidade universal.

Junto à Igreja dos Remédios é proposto um novo espaço de convivência – largo de uso público – em detrimento da atual bolsa de estacionamento, de forma a enaltecer a presença deste imóvel classificado no centro da vila.

Em relação ao estacionamento, nesta zona, dos 21 lugares atuais, a proposta contempla apenas 16 lugares distribuídos ao longo da área em causa.

- Rua D. Afonso Henriques / Praça do Município (Zona de intervenção 3)

O sistema viário ao longo da Rua D. Afonso Henriques e, no seu seguimento até ao Largo Vitor Prazeres e Rua Dr. António Francisco Colaço, mantém-se igual ao existente. A solução aponta para um redimensionamento do perfil da rua, reduzindo a faixa de circulação automóvel, otimizando a organização do estacionamento e privilegiando a circulação pedonal.

A alteração de vulto e, talvez a mais arrojada, prende-se com a integração do “Jardim do Padrão” no restante tecido urbano, eliminando a diferença de cotas entre este e a Rua D. Afonso Henriques, com a demolição do muro de contenção existente.

Desta forma é proposto um novo espaço público para uso frequente da população, unindo as duas cotas, através de um conjunto de plataformas que permitem a comunicação visual e articulam o jardim com a rua. Neste novo espaço serão plantadas árvores e criadas zonas de estar equipadas com novos elementos urbanos que promovem a permanência do peão e, sobretudo, permitem o enquadramento da basílica e o edifício dos paços do concelho no restante tecido urbano, sem barreiras visuais.

Em relação ao estacionamento, dos cerca de 60 lugares atuais, desde o início da zona de intervenção - Rua D. Afonso Henriques, Praça do Município e até ao início do Largo Vitor Prazeres – a proposta apresentada contempla e organiza 37 lugares de estacionamento.

- Largo Vitor Prazeres / Rua Dr. António Francisco Colaço (Zona de intervenção 4)

Nesta zona, a grande alteração prende-se com o novo desenho do Largo Vitor Prazeres, desenho este que “devolve o largo ao peão”, retirando todo o estacionamento automóvel. É reconfigurado o largo, criando plataformas que vencem o desnível existente.

Para além do “novo largo” é reconfigurado o arruamento, com a diminuição da faixa de rodagem automóvel, devolvendo os passeios à rua.

Relativamente ao estacionamento, o mesmo é retirado na totalidade, quer no Largo Vitor Prazeres quer na Rua Dr. António Francisco Colaço.

Concluindo e resumindo o teor da presente informação, as principais ações a concretizar no presente *Projeto Urbano*, por cada *Zona de Intervenção*, são as seguintes.

Zona 1.

- Estender o pavimento em calçada do passeio norte do largo da feira até ao início da Rua Morais sarmento;
- Mudar o pavimento da restante via, substituindo o asfalto existente para cubos de granito;

- Am L
- Retirar todo o estacionamento permanente do arruamento, mantendo alguns lugares de uso temporário;
 - Reduzir a largura da faixa de rodagem,
 - Aumentar a largura dos passeios, nivelando a rua;
 - Introduzir uma faixa de mobilidade reduzida em lajetas de pedra ou outro tipo de pavimento contínuo,
 - Criar "eventos" e momentos de variação de pavimento ao longo da rua, associados a momentos de atravessamento de peões,
 - Prever pontos para cargas e descargas ao longo da rua, representados nos lugares de estacionamento temporário;
- ↓
acessível
↑
L

O valor proposto para esta intervenção é de € 257.195,00

Zona 2.

- Reduzir área dedicada à circulação viária, criando uma zona mista;
- Mudar o pavimento da via da rotunda para cubos de granito, eliminando lancis,
- Reduzir a largura das vias, reduzindo a velocidade do trânsito;
- Estender os passeios existentes ligando a Praça da Liberdade com a da República,
- Requalificar o troço da Rua Seara Nova (entre rotundas);
- Introduzir faixa de mobilidade reduzida em lajetas de pedra ou outro tipo de pavimento contínuo;
- Requalificar o Largo da Igreja de Nossa Senhora dos Remédios;
- Inserir mobiliário urbano adequado e contemporâneo,
- Introduzir árvores para sombreamento.

O valor proposto para esta intervenção é de € 438.575,00

Zona 3.

- Reduzir a largura da faixa de rodagem, mantendo o revestimento em cubos de granito;
- Reestruturar o estacionamento existente, longitudinal à via,
- Estender os passeios existentes,
- Introduzir faixa de mobilidade reduzida em lajetas de pedra ou outro tipo de pavimento contínuo,
- Criar momentos de atravessamento acessível em lajetas de pedra;
- Inserir mobiliário urbano adequado e contemporâneo;
- Introduzir árvores para sombreamento,
- Abrir o jardim, demolindo parte do muro, valorizando a presença da Basílica;
- Manter parte das árvores e dos bancos em azulejo;
- Criar uma praça que se articule com o jardim e arruamento desnivelado;
- Plantação de árvores nas novas plataformas;
- Introduzir patamares multifuncionais que articulem o jardim com a vila:

O valor proposto para esta intervenção é de € 357.900,00

Zona 4.

- Eliminar o estacionamento do largo e da rua,
- Requalificar o largo que articula os vários equipamentos existentes;
- Criar "praça" em patamares, mantendo uma alternativa acessível,
- Reduzir a largura da faixa de rodagem, aumentando passeios;
- Introduzir faixa de mobilidade reduzida em lajetas de pedra ou outro tipo de pavimento contínuo,
- Inserir mobiliário urbano adequado e contemporâneo,
- Introduzir árvores para sombreamento no largo;

O valor proposto para esta intervenção é de € 123.775,00

Para a totalidade da intervenção nas 4 zonas é proposto o valor de € 1.177.445,00

Como nota final verifica-se que no orçamento apresentado está prevista uma verba de € 23.800,00, destinada a infraestruturas hidráulicas (rede de abastecimento pública de água), que irá ser redistribuída pelos restantes trabalhos previstos (pavimentos e mobiliário e equipamento urbano). Desta forma o projeto de execução a desenvolver, após a aprovação do estudo prévio, não irá contemplar qualquer tipo de solução relacionada com o abastecimento público de água.

Pelo atrás exposto, em nossa opinião, o presente Estudo Prévio relativo ao "PROJETO URBANO DA ZONA CENTRAL DA VILA DE CASTRO VERDE", está em condições de ser submetido à aprovação da câmara municipal, uma vez que cumpre as orientações estabelecidas no Programa Preliminar."

Apreciado o assunto, deliberou a Câmara, por unanimidade e nominalmente, aprovar o Estudo Prévio relativo ao "Projeto Urbano da Zona Central da Vila de Castro Verde", nos termos da informação acima transcrita.

Obras Particulares/ Outros:

1.- Aprovação e decisão final sobre processos de obras:

Apreciou a Câmara e com base no parecer da Divisão de Obras e Gestão Urbanística, deliberou, por unanimidade e nominalmente, aprovar os projetos das especialidades para efeitos de deliberação final sobre os processos de obras de EUDACTICA Ld.ª. para alteração de edifício destinado a habitação, sita na Rua da Escola Velha, em São Marcos da Ataboeira, e de Flávio André Pacheco Pires Carepo, para reconstrução de habitação unifamiliar, sita na Rua Campo de Ourique nº.66, em Castro Verde.

2.- Caducidade de processo de obras:

Com base na informação da Seção de Licenciamento de Urbanização e Edificação, deliberou a Câmara, por unanimidade e nominalmente, declarar a caducidade do processo de obras nº. 6/2017, João António Cravo Mestre, para construção de habitação unifamiliar na Rua Eugénio de Andrade, lote 4, em Castro Verde.

DIVISÃO DE EDUCAÇÃO E AÇÃO SOCIAL

3. - Concessão de subsídio à Fundação Joaquim António Franco e Seus Pais:

Apreciou a Câmara e aprovou, por unanimidade e nominalmente, a seguinte proposta apresentada pelo Sr. Presidente:

"Considerando que, a Fundação Joaquim António Franco e Seus Pais, com sede na Vila de Casével, na União de Freguesias de Castro Verde e Casével, explora uma Unidade de Cuidados Continuados Integrados de Média Duração e Reabilitação;

Considerando que, esta Unidade é a única em todo o concelho;

Considerando, ainda, que representa um importante pilar na resposta social e médica ao concelho de Castro Verde;

Considerando que, a Fundação Joaquim António Franco e seus Pais solicitou junto da Câmara Municipal de Castro Verde apoio financeiro para fazer face à premente necessidade de efetuar obras no sistema de águas quentes e controlo de contaminação;

Considerando, igualmente, os escassos recursos financeiros deste tipo de instituições e que, a necessidade de garantir a sua sustentabilidade implicam uma análise, não só financeira mas também cívica, sustentada ainda no pressuposto de que cabe igualmente aos Municípios a defesa dos grupos mais fragilizados da nossa sociedade e, dentro das suas competências e atribuições, possa, estes acorrer a circunstâncias inopinadas e que possam colocar em causa a sustentabilidade e/ou o funcionamento das associações e IPSS's do concelho;

Proponho a atribuição de um apoio de 7.500,00 € para fazer face às despesas inesperadas.

PERIODO RESERVADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

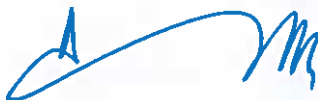

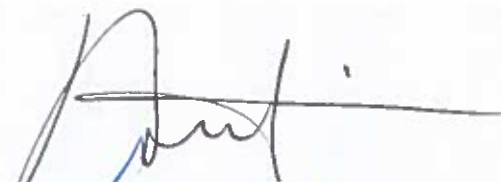

Não se verificou a presença de público.

APROVAÇÃO EM MINUTA

Desta reunião se lavrou minuta, a qual foi aprovada por unanimidade pela Câmara para que produzam efeitos imediatos as respetivas deliberações.

ENCERRAMENTO DOS TRABALHOS

Não havendo mais nada a tratar, foi encerrada a reunião pelas 22 horas, da qual se lavrou a presente ata e submetida a votação foi aprovada e assinada por todos os membros presentes, assim como pelo Coordenador Técnico da Secção Administrativa, Fernando Colaço Sebastião, nos termos do nº 2 do artigo 57º, do anexo I, à Lei nº. 75/2013, de 18 de Setembro.



Abdulah Fente
Fernando Colaço

Fernando Colaço